

REGULAMENTO INTERNO



Artigo 1º (Definição, Sede, Âmbito e Objectivos)

- 1- Lar de São Tiago, é uma estrutura privada de utilização permanente para pessoas idosas, no qual se prestam um conjunto de serviços necessários ao bem-estar dos mesmos;
- 2- Situa-se na Rua do Cemitério, freguesia de Couto de Ervededo, concelho de Chaves. A entidade proprietária e gestora do lar denomina-se Alto da Bandeira – Residencial Sénior LDA, com o N.I.P.C514023015.
- 3- O horário de funcionamento do Lar de São Tiago é de segunda a domingo, 24 h por dia.
- 4- O presente regulamento aplica-se aqueles que beneficiam dos serviços prestados pelo Lar de São Tiago, aos que aí prestam a sua actividade, bem como a família e amigos dos utentes.
- 5- Os seus objectivos são:
 - a) Regular a atividade e funcionamento do Lar;
 - b) Identificar os direitos e deveres dos utentes;
 - c) Uniformizar os critérios de admissão dos utentes.

6- São objetivos do Lar de São Tiago:

- a) Preparar o envelhecimento activo da pessoa idosa, promovendo a sua autonomia/independência, através do acompanhamento tecnicamente orientado das suas potencialidades procurando evitar a degradação própria do processo de envelhecimento;
- b) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, proporcionando um conjunto de serviços e actividades permanentes adequadas à satisfação das suas necessidades;
- c) Dinamizar as relações entre os idosos, grupos e comunidade, com o intuito de combater o isolamento social, de modo a garantir a inserção social dos idosos;
- d) Promover o envolvimento das famílias de forma a que o idoso permaneça em contacto com as mesmas, fortalecendo-se, assim, o relacionamento interfamiliar e preservando os seus laços familiares.

Artigo 2ª

(Serviços Prestados e Atividades Desenvolvidas)

- 1. O Lar de São Tiago, tem por objetivo responder às carências das pessoas de terceira idade que necessitam de assistência e apoio adequado, contribuindo assim para a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento.
- 2. O Lar de São Tiago, assegura a prestação dos seguintes serviços:
 - a) Alojamento em quarto individual/duplo;
 - b) Cuidados de Higiene e conforto pessoal;
 - c) Pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, com dietas especiais em caso de prescrição médica. O almoço e o jantar são constituídos por sopa, prato principal e sobremesa;
 - d) Limpeza diária das habilitações e dos espaços comuns;
 - e) Sistema de alarme e campainhas em todos os quartos;
 - f) Controlo e manutenção das instalações;
 - g) Serviço de receção, que inclui a receção de correio e chamadas telefónicas a qualquer hora do dia;

- h) Lavandaria e tratamento de roupa, incluindo pequenos arranjos em peças que assim o necessitem;
 - i) Serviço de enfermagem disponível 24 horas e disponibilização de serviço médico em caso de urgência;
 - j) Fisioterapia;
 - k) Atividades de animação sociocultural;
 - l) Sala de Atividades;
 - m) Jornais e revistas diárias/semanais;
 - n) Espaço multimédia e Internet;
 - o) Serviço Religioso.
 - p) Garantir a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente através do recrutamento de profissionais com formação e qualificação adequada;
 - q) A guardar sigilo dos dados constantes no processo do utente bem como de todas as suas condições de vida e permanência da instituição.
3. Podem ser disponibilizados serviços adicionais, mediante pagamento extra e de acordo com os preços a divulgar, nomeadamente de:
- a) Telefone;
 - b) Cabeleireiro/barbeiro;
 - c) Os custos decorrentes da aquisição de medicamentos, fraldas, transporte ambulatorio, consultas particulares e tratamentos não comparticipados pelo SNS, taxas de urgência, bem como as demais relacionadas com atividades sócio recreativas, despesas fúnebres e outras não previstas.

Artigo 3º

(Diretora do estabelecimento)

A Direção Técnica do Lar é assegurada por um elemento licenciado em psicologia. À Diretora compete dirigir a instituição, assumindo a responsabilidade pela programação de actividades, pela coordenação e supervisão de todo o pessoal, atendendo à necessidade de estabelecer o modelo de gestão técnica adequada ao bom funcionamento do estabelecimento, e em especial:

- a) Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento e decidir os assuntos e questões que lhe sejam colocadas;
- b) Coordenar, orientar e controlar tecnicamente as atividades desenvolvidas no Lar, assumindo a responsabilidade pela programação global das mesmas;
- c) Promover reuniões com os idosos e funcionários do Lar, principalmente sensibilizar estes últimos para a problemática da pessoa idosa;
- d) Propor a afectação de meios materiais e humanos necessários ao bom funcionamento do Lar e proceder à sua conveniente gestão;
- e) Zelar pela conservação, manutenção e beneficiação das instalações e do seu espaço envolvente e propor a realização de obras e trabalhos, sempre que necessário;
- f) Promover a participação activa dos idosos nas actividades realizadas na Residencial, de acordo com as respectivas aptidões, gostos e possibilidades.

Artigo 4º

(Quadro de Pessoal)

1. O quadro de pessoal deste estabelecimento/estrutura prestadora de serviços encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direção técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar e voluntários), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor.
2. O quadro de pessoal é constituído por:
 - Oito Ajudantes de Acção Direta;
 - Uma Cozinheira;
 - Uma Auxiliar de cozinha;
 - Um Jardineiro;
 - Uma Administrativa;
 - Um Gerente;
 - Um Diretor Técnico;
 - Dois Enfermeiros;
 - Um Fisioterapeuta;
 - Um Animador (a) sócio cultural;

Os conteúdos funcionais de cada categoria estão devidamente descritos no Manual de Funções da Instituição.

CAPÍTULO II

Dos Utentes e Processo de Admissão

Artigo 5º

(Utentes)

O lar de São Tiago, tem capacidade para 33 utentes. São considerados utentes do Lar de São Tiago, os indivíduos de ambos os sexos que sejam admitidos em conformidade com o presente Regulamento Interno. A admissão no Lar realizar-se-á respeitando a vontade do Residente e/ou do seu representante.

Artigo 6º

(Condições gerais de admissão)

São condições gerais de admissão:

- a) Possuir idade mínima de 65 anos, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer na sua residência;
- b) Não sofrer de doença infecto-contagiosa que prejudique o regular funcionamento do Lar;
- c) Submeter-se a prévio exame médico pelo sector clínico do Lar;
- d) Ser sujeito a uma entrevista, feita pela Diretora Técnica e/ou Responsável, em boletim próprio;
- Só em casos excepcionais e justificados a considerar individualmente, poderão deixar de respeitar-se as condições exigidas quanto à idade e situação física.

Artigo 7º

(Processo de admissão)

- 1- O processo de admissão deve ser instruído por um registo biográfico devendo o interessado ser portador de documento de Identificação, cartão de contribuinte fiscal, cartão de beneficiário da Segurança Social, cartão de utente do serviço de Saúde;
- 2- O requerente deverá deixar moradas e telefones de familiares, contacto do médico de família e pessoa (s) a contactar em caso de necessidade;
- 3- O requerente deve, ainda, entregar um documento médico comprovativo da sua situação clínica, nomeadamente de que não sofre de doença contagiosa susceptível de comprometer o bom funcionamento do Lar;
 - Se o candidato convocado se recusar a comparecer, para a admissão, no prazo de 5 dias, será arquivado o processo e feita convocação de outro candidato.

CAPÍTULO III

Da Admissão

Artigo 8º

(Admissão)

- 1- O Lar de São Tiago deve possuir um registo de admissão dos utentes, bem como um processo individual para cada utente, actualizados, onde constem, entre outras coisas, os dados e documentos referidos no artigo 7.º;
- 2- O utente no ato de admissão deverá assinar um Contrato de Prestação de Serviços onde constam as condições de pagamento e os serviços prestados;
- 3- No acto de admissão deverá ser entregue a cada utente ou ao seu responsável um exemplar do presente Regulamento e serem prestados todos os esclarecimentos necessários ao seu bom entendimento;
- 4- A recepção é feita pela Directora Técnica/Responsável, que os apresentará aos restantes utentes e os acompanhará na visita das instalações, indicando-lhes os respectivos quartos, de acordo com o plano de acolhimento;

- 5- A admissão será sempre condicionada ao período experimental de 30 dias para a avaliação da capacidade de integração do idoso. Durante estes 30 dias, o contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, bastando apenas a comunicação por escrito;
- 6- Caso o utente pretenda cessar contrato ou impedir a sua renovação, terá de comunicar a sua decisão com sessenta dias de antecedência comunicando por escrito ao Diretor Técnico do Lar.
- 7- O alojamento será em quartos individuais ou duplos, procurando agrupar-se os utentes de forma a conseguir-se o desejável e bem-estar dos mesmos;
- 8- Caso se justifique poderá ocorrer a mudança de quarto do residente, sempre com vista a melhorar o bem-estar do mesmo, e o melhor funcionamento dos serviços prestados, tendo neste caso que se informar a família;
 - No caso específico de casais, quando se verificar o falecimento de um dos cônjuges, será considerada a permanência do sobrevivente no mesmo quarto (sujeitando-se, neste caso, a um novo colega de quarto) ou a sua transferência para um quarto apropriado à sua situação.

Artigo 9º

(Processo Individual do Utente)

1. Para cada cliente será organizado um processo social, clínico e administrativo cujos dados são confidenciais e de acesso restrito, onde constará para além da identificação pessoal, elementos sobre a situação social e financeira, necessidades específicas dos utentes, bem como todo o seu historial na instituição.
2. No primeiro mês será elaborado um Programa de Acolhimento Cliente com o intuito de facilitar a sua adaptação e promover o seu bem-estar, procedendo-se aos ajustes necessários para melhorar a integração.
3. Após esse período é elaborado o Plano Individual de Cuidados (PIC) que é um instrumento formal que visa organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas às necessidades, expectativas e potenciais de desenvolvimento identificadas em conjunto com o cliente, com vista ao seu equilíbrio Psicológico, Social e Familiar.

Artigo 10º

(Roupa e bens pessoais)

- 1- Os novos utentes poderão fazer-se acompanhar de bens considerados indispensáveis ao seu uso pessoal e outros objectos de especial significado para o utente;
- 2- Toda a roupa deverá ser marcada com um número atribuído pelo Lar de São Tiago ao utente, no momento da admissão;
- 3- Aquando da admissão do utente, todos os bens ou valores que trás consigo serão listados sendo este documento assinado pela directora e utente/ pessoa responsável;
- 4- Sempre que houver alguma alteração na listagem, esta deverá ser transmitida à Diretora Técnica, identificando o valor ou objeto para efeito de abate ou acréscimo na relação inicialmente elaborada;
- 5- O Lar não se responsabiliza pelo desaparecimento de bens ou dinheiro que não sejam entregues à guarda da Direção do Lar de São Tiago. Caso o utente manifestar vontade de deixar à guarda do Lar, todos ou alguns destes pertences, serão igualmente listados e tanto o Residente/responsável como a Directora assinarão um documento comprovativo da sua entrega e posse;
- 6- O utente/responsável pode, sempre que quiser, reaver os pertences deixados à guarda do Lar, tendo que expressar essa vontade à Directora para efeito de abate na relação inicialmente elaborada.

CAPÍTULO IV

Dos Direitos, Deveres e Impedimentos

Artigo 11º

(Direitos dos Utes)

Os utentes têm, nomeadamente direito a:

- a) Serem respeitados na sua individualidade, privacidade, impedindo a invasão do seu espaço privado sem prévia advertência;
- b) Terem acompanhamento psico-social;

- c) Uma organização que lhes garanta uma vida confortável e que favoreça a sua autonomia;
- d) Prestação de cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, designadamente alimentação (com respeito pelas prescrições médicas), cuidados de higiene e conforto e de ocupação;
- e) Participarem nas actividades da instituição e serem ouvidos sempre que existam decisões que lhes diga respeito;
- f) Assistência religiosa sempre que seja solicitada;
- g) Dirigirem reclamações à Diretora Técnica;
- h) Saírem do Lar sempre que o desejarem mediante assinatura de um termo de responsabilidade, desde que não exista contra-indicação médica;
- i) A serem visitados por familiares ou amigos sempre que o pretendam, desde que nada o impeça e de acordo com o horário estabelecido.

Artigo 12º

(Deveres dos Utentes)

Constituem, designadamente, deveres dos utentes:

- a) Observarem o cumprimento das disposições constantes do presente regulamento;
- b) Procederem ao pagamento da mensalidade;
- c) Liquidarem quaisquer outras despesas por serviços ou bens que lhe forem prestados e não abrangidos na mensalidade;
- d) Participarem, na medida das suas capacidades, na vida diária do Lar;
- e) Comunicarem, por escrito, à Directora a saída definitiva do Lar, com 60 dias de antecedência face à data de saída, sob pena de responsabilidade no pagamento total desse mês ou do mês seguinte conforme o caso;
- f) Ter uma boa conduta moral e de convívio, evitando qualquer situação que possa perturbar a paz e tranquilidade do Lar;
- g) Evitar a deterioração imprudente das instalações e equipamento postos à sua disposição.

O comportamento do utente que, de alguma forma, prejudique o bom funcionamento do Lar, poderá originar conforme a gravidade ou reincidência dos casos, a aplicação de

penas de advertência, suspensão ou exclusão. Salvar-se-á sempre o direito de o utente expor o seu ponto de vista.

Artigo 13º

(Deveres dos colaboradores do Lar São Tiago)

São deveres dos colaboradores do Lar de São Tiago:

- a) Garantir uma adequada estadia dos utentes, de forma a proporcionar uma vida confortável, respeitando, tanto quanto possível, a sua independência;
- b) Prestar todos os cuidados adequados à satisfação das necessidades dos residentes, nomeadamente na alimentação, cuidados de higiene e conforto, de ocupação, bem como assegurar a prestação de cuidados médicos e de enfermagem, tendo em vista a manutenção da sua autonomia;
- c) Respeitar a privacidade e individualidade dos residentes;
- d) Favorecer o relacionamento entre os residentes e destes com familiares ou amigos, com o pessoal do Lar e com a comunidade;
- e) Informar a Diretora de qualquer necessidade dos residentes;
- f) Velar pela manutenção das instalações, bem como evitar a deterioração dos equipamentos postos à sua disposição;
- g) Ter boa conduta moral entre si e em relação aos utentes;
- h) Não aceitar gratificações monetárias ou qualquer vantagem patrimonial;
- i) Não pedir ou emprestar dinheiro;
- j) Manter estrito e rigoroso sigilo sobre qualquer informação de que tenha conhecimento dos utentes, inclusivamente não podendo revelar a identidade de qualquer residente.

Artigo 14º

(Impedimentos)

Os utentes internados no Lar de São Tiago estão impedidos de:

- a) Utilizar velas nos quartos;
- b) Utilizar cobertores eléctricos;
- c) Cozinhar nos quartos;
- d) Fumar nos quartos;

- e) Lavar a roupa na casa de banho;
- f) Gratificarem monetariamente os colaboradores do Lar;
- g) Pedir ou emprestar dinheiro a qualquer colaborador do Lar.

Artigo 15º

(Preçário)

- 1- Todos os preços estão devidamente afixados, tanto dos serviços básicos como dos serviços complementares;
- 2- Os preços dos serviços a prestar no Lar são:
 - a) Quarto Individual – 1350 euros;
 - b) Quarto Duplo – 1000 euros;
 - c) Quarto de utente em situação de elevado grau de dependência – 1200 euros (preço a aplicar em quarto duplo).
- 3- No primeiro ano de funções do Lar de São Tiago os preços referidos anteriormente têm uma redução de 10%.
- 4- Aquando da admissão do utente, este deverá proceder ao pagamento da primeira mensalidade e o pagamento de uma caução no valor igual ao da mensalidade, sem redução de 10%, valor que em nenhum caso lhe será devolvido.
- 5- Os preços são atualizados anualmente, no dia 1 de janeiro de cada ano, conforme a alteração da taxa de inflação.
- 6- Caso o Residente altere o grau de dependência (sempre justificado através do relatório médico), este será imediatamente avisado da alteração, assim como o seu responsável, que terá o mês a decorrer para a aceitação da dita alteração, passando-se a cobrar a nova mensalidade no mês seguinte;
- 7- Até ao dia oito de cada mês, mediante pagamento em numerário ou por transferência bancária, com o N.I.B.- 001800080278175402023. Proceder-se-á à liquidação de todas as despesas inerentes ao utente.
- 8- A cessação do contrato voluntariamente por parte do utente ou do seu responsável terá que ser comunicada ao Lar de São Tiago com sessenta dias de antecedência;
- 9- Ao Residente ou ao seu responsável será entregue uma factura/recibo como comprovativo do pagamento dos serviços prestados (tanto dos obrigatórios como dos opcionais);

10- Em caso de falta de pagamento da mensalidade e demais complementos apresentados pelo residente dará origem a uma penalização de 10% do valor da mesma, a qual será incluída no recibo do mês seguinte.

Independentemente do referido no ponto anterior, o não pagamento da mensalidade e demais despesas durante o mês, por motivos não considerados justificados pelo Lar de São Tiago, confere-lhe o direito de proceder à rescisão imediata do presente contrato, devendo após notificação o utente ser retirado da unidade no prazo de 15 dias.

11- Os residentes ou os seus responsáveis poderão interromper a prestação dos serviços em situações de internamento hospitalar, férias ou visitas a familiares ou amigos, ficando, no entanto, vinculados ao pagamento da prestação normal. As interrupções quando previsíveis devem ser comunicadas previamente ao Lar de São Tiago.

Artigo 16º **(Alimentação)**

1- Horários das refeições:

- Pequeno-almoço – Das 8H às 10H
- Almoço – 12h30m
- Lanche – 16h
- Jantar – Hora de inverno – 18H

Hora de Verão – 19H

2- O Residente respeitará os horários das refeições estabelecidos, salvo em situações especiais;

3- As ementas são afixadas semanalmente em local visível

4- A alimentação é igual para todos, salvo prescrição médica em contrário;

- As refeições são servidas na sala de refeições e só em casos especiais e justificados poderão as mesmas ser servidas nos quartos.

5- Para o regular funcionamento do Lar é proibido os residentes:

- a) Ter no quarto qualquer tipo de alimentos cozinhados;
- b) Adquirir e trazer bebidas alcoólicas para seu uso ou uso dos outros utentes;
- c) Usar nas instalações privativas quaisquer alimentos servidos no refeitório;

- d) Receber das visitas qualquer tipo de alimentação ou bebidas sem conhecimento da Diretora /Presidente do Lar de São Tiago.

Artigo 17º
(Alojamento)

- 1- O Lar de São Tiago ficará responsável pela limpeza do quarto e tratamento da roupa;
- 2- Para que o Lar se apresente limpo e arrumado é necessário a colaboração de todos os residentes;
- 3- Não é permitido colocar nas paredes dos diversos compartimentos pregos, caixilhos, estampas, etc.;
- 4- É expressamente proibido usar ou acender qualquer lamparina, vela, cobertor eléctrico, máquinas ou fogão nos quartos dos residentes, assim como ter comportamentos que perturbem a hora do silêncio;
- 5- Será obrigatório que todos os residentes tomem banho, obedecendo à escala estabelecida, para o interesse da sua saúde e para uma rigorosa higiene individual.

Artigo 18º
(Assistência médica, de enfermagem e religiosa)

- 1- Todos os utentes têm direito a assistência médica, de enfermagem e religiosa.
- 2- Só se deverá recorrer aos serviços do Hospital, quando se considerar a impossibilidade do tratamento no serviço de enfermagem do Lar. Se o utente preferir uma clínica particular, responsabilizar-se-á pelo pagamento das despesas;
- 3- Em caso de hospitalização ou de alguma situação que exija cuidados fora do Lar a família ou responsável será imediatamente informada para vir buscar o Residente. Caso a família ou responsável não o puder levar, será levado em transporte do Lar por algum funcionário da instituição. Caso a deslocação ultrapasse os 12 Km da área do Lar, estes custos serão pagos pela família;

- 4- Caso o Cliente deixe de tomar a medicação prescrita pelo clínico do Lar, terá que assinar um termo de responsabilidade em que assuma que foi por sua livre e espontânea vontade que tomou aquela decisão e que se responsabiliza pelo seu acto.

Artigo 19º

(Das visitas)

- 1- O Lar de São Tiago, abrirá as suas portas para visitas de familiares e amigos, no seguinte horário estipulado pela instituição:

De Segunda a Sexta-feira

- 10h30m/12h00m
- 16h30m/18h30m

Sábado e Domingo

- 10h30m/12h00m
- 14h00m/18h30m

- 2- As visitas poderão realizar-se sem aviso prévio, dentro do horário estabelecido;
- 3- Os utentes podem ser visitados pelos familiares e amigos fora do horário estipulado ou prolongar-se por mais tempo, desde que informem a Direcção e que não ponham em causa a privacidade e descanso dos restantes utentes e os cuidados de manutenção;
- 4- É proibido receber visitas nos quartos, sem o consentimento da Directora do Lar;
- 5- Os utentes poderão convidar familiares ou amigos para almoçar ou jantar no Lar, consoante os horários das refeições e mediante aviso prévio de 24h. Estas refeições serão sujeitas a pagamento, na secretaria do Lar conforme a capitação em vigor;
- 6- Os passeios, fins-de-semana ou férias com os familiares e amigos devem ser comunicados à Directora com devida antecedência. No momento da saída assinar-se-á um documento onde consta o dia e a hora de saída, o familiar ou amigo acompanhante e o dia e a hora prevista da entrada. No dia da chegada voltar-se-á a assinar a hora e o dia exacto da mesma;
- 7- Os familiares e amigos devem informar a Directora da situação dos Clientes, podendo-lhe dirigir qualquer tipo de reclamações.

Artigo 20º

(Saídas, pedidos de licença ou dispensa)

As saídas são livres, estando apenas subordinadas a assinar um documento próprio do Lar e a respeitar um horário próprio, elaborado de acordo com o funcionamento dos serviços do Lar, devendo-se ter em atenção o seguinte:

- a) Os utentes invisuais ou aqueles cuja saída, por qualquer limitação física, psíquica ou avançada idade, possa representar risco ou perigo para a sua segurança pessoal, só terão permissão para tal, quando acompanhados por familiar(es) ou amigo(s), ou ainda por funcionário do Lar ou Residente mais válido, desde que assuma a responsabilidade do seu regresso;
- b) Os utentes que estejam sob tratamento ou controle clínico, só terão autorização de saída, desde que obtenham o acordo médico da instituição, e neste caso, também devidamente acompanhados;
- c) Todos os utentes do lar de São Tiago, salvo motivo de força maior, sempre a considerar pela Direção, têm o direito de, sempre que queiram, se ausentar por períodos variáveis. Para o efeito terão de comunicar à Diretora Técnica a sua ausência, indicar o lugar para onde vão, o nº de telefone e os dias de ausência, com 24h de antecedência e no próprio dia preencherem a folha de ausência, a qual contem dados referentes ao dia de saída e de entrada, bem como a hora de entrada e a hora provável de chegada;
- d) No caso dos utentes física ou mentalmente mais debilitados, a comunicação deverá ser sempre acompanhada de carta do familiar ou pessoa amiga, que se responsabilize pela estadia dos residentes durante o período indicado, abrangendo ainda a responsabilidade do amparo físico e material dos mesmos, desde que saiam até que regressem à instituição;
- e) Os utentes estão dispensados, sempre que o desejem, do almoço e/ou jantar do mesmo dia, mediante autorização da Diretora ou de quem a substitua, quando ausente, desde que regressem ao Lar até à hora de silêncio prescrita no artigo 21.º, alínea e);
 - Os pedidos de dispensa do almoço ou almoço e jantar, deverão ser comunicados na véspera até às 17h e os do jantar até às 14h do mesmo dia.
- f) Só em caso justificado, e excepcionalmente, mediante autorização da Diretora, poderá o regresso ao lar ir além da hora de silêncio, nunca ultrapassando as 24h.

CAPÍTULO V

Da Disciplina

Artigo 21º

(Harmonia e Ordem)

Para obtenção da harmonia e ordem necessários ao bom funcionamento do lar, torna-se indispensável:

- a) Observar as normas mínimas de convívio social;
- b) Usar do respeito mútuo ao nível de pessoas e de ideias; usar de colaboração recíproca, atendendo à igualdade de estatuto de Residente;
- c) Dar conhecimento à Diretora de discussões ou censuras a quaisquer instruções e determinações quanto ao funcionamento dos serviços, no sentido de serem dados todos os esclarecimentos necessários e, se possível atender às sugestões que lhe sejam feitas;
- d) Quaisquer actos de lesão pessoal ou provocação, não deverão constituir motivo de resposta própria, mas antes encaminhados para a entidade responsável;
- e) Respeitar a hora de silêncio, estabelecida para as 22h tanto no horário de Verão como no horário de Inverno.

Artigo 22º

(Irregularidades)

Atendendo a que toda a infracção ou irregularidade carece de sanção, considera-se que qualquer ato ou atitude que ultrapasse as normas de respeito pela pessoa, sua dignidade e bens, terão que merecer a devida punição.

Nesta conformidade e tendo em conta o grau de delito ou reincidência, estabelece o presente Regulamento as seguintes sanções disciplinares:

- a) Repreensão verbal;
- b) Repreensão registada;
- c) Abandono do Lar.

Artigo 23º

(Aplicação das sanções)

Apenas a Diretora Técnica ou quem a substitua, é competente para a aplicação de sanções prescritas no artigo 22º.

CAPÍTULO VI

Funeral

Artigo 24º

(Falecimento do Utente)

- 1- Em caso de falecimento da pessoa idosa, a Diretora Técnica deverá contactar o familiar ou pessoa responsável no sentido de promover a transladação do corpo e a liquidação de todos os encargos;
- 2- À data do falecimento, os bens que se encontrem na posse do residente e os que tenham sido confiados à guarda do lar, serão descriminados em lista a elaborar e entregues ao familiar ou pessoa responsável, sendo a lista assinada pela Directora e pelo familiar/responsável;
- 3- No caso de óbito do Utente sem nenhum familiar, o lar vê-se obrigado a oferecer-lhe um enterro digno, de acordo com as suas crenças religiosas, se estas foram dadas a conhecer. Os seus bens pessoais, serão cedidos pela Direção do Lar a uma entidade de carácter social ou lhes dará qualquer outro destino que considere conveniente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Artigo 25º

(Saída voluntária)

No caso de um utente desejar sair voluntariamente do Lar, fará uma declaração por escrito, na qual informará o motivo desse abandono, a fim de ser apensa ao processo, assim como terá de assinar um termo em como lhe foram entregues todas as roupas e objectos que possuir no momento da sua saída.

- Ao utente que tenha solicitado a rescisão do contrato, só excepcionalmente e não havendo pedidos de internamento em espera, poderá requerer o seu novo internamento.

Artigo 26º

(Suspensão ou cessação da frequência do Residente)

1. Sempre que se verifique circunstâncias que, pela sua gravidade ou continuidade, ponham em causa a frequência dos residentes ou perturbem o normal funcionamento do Lar, poderá ser suspensa ou cessada a respectiva frequência, mediante autorização superior, sem direito a qualquer indemnização.
2. Caso o comportamento do utente ou o seu estado de saúde seja de molde a causar mal-estar aos outros utentes, a Direção do Lar pode unilateralmente revogar o contrato, sem aviso prévio e após aviso ao próprio ou seus familiares/responsável, o utente deverá ser retirado das instalações no prazo de 15 dias, após aviso para o efeito.

Artigo 27º

(Interpretação do Regulamento e integração de lacunas)

Todas as dúvidas suscitadas na interpretação do presente regulamento, bem como a integração dos casos omissos, serão resolvidos por deliberação pela Direção.

Artigo 28º

(Livro de Reclamações)

Nos termos da legislação em vigor, este estabelecimento/serviço possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado junto dos serviços administrativos sempre que desejado.

Artigo 29º

(Alterações ao Regulamento)

Nos termos do regulamento da legislação em vigor, os responsáveis do estabelecimento deverão informar e contratualizar com os clientes ou seus representantes legais sobre quaisquer alterações ao presente regulamento com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato a que a este assiste.

Estas alterações deverão ser comunicadas à entidade competente para o licenciamento/acompanhamento técnico da resposta social.

Artigo 30º

(Integração de Lacunas)

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela entidade proprietária do estabelecimento/serviço, tendo em conta a legislação/normativos em vigor sobre a matéria.

Artigo 31º

(Entrada em Vigor)

1. O presente Regulamento terá a validade de um ano podendo estar sujeito a alterações, que serão comunicadas aos utentes e/ou pessoa responsável.
2. Este regulamento, entrará imediatamente em vigor.

Couto de Ervededo, 1 de março de 2017

A Gerente

(Diana Calhelha, Dr.^a)

A Diretora Técnica

(Sofia Pardal, Dr.^a)

